



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
13º EXAME DE SELEÇÃO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 12.10.2022

1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Conceitue a transcendência dos motivos determinantes no controle abstrato de constitucionalidade, destacando o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema. (50 pontos)

2 – Discorra sobre a possibilidade de controle de constitucionalidade de veto a projeto de lei estadual. (50 pontos)

2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – A diretora de um Colégio Estadual, preocupada com a segurança patrimonial nos finais de semana e férias escolares, considera convidar um servidor público, responsável há mais de 10 anos pela manutenção da escola e sem qualquer anotação desabonadora em seu registro funcional, para residir numa construção localizada dentro do terreno do Colégio. Aceita a proposta, algum tempo depois de o servidor começar a residir informalmente no local com sua família, ele passa a vender salgadinhos para os alunos nos períodos de recreio. O Ministério Público solicita então informações à diretora sobre o caso. Na qualidade de Assessor Jurídico da Secretaria de Estado de Educação, responda consulta abordando os seguintes pontos:

- (a) Qual instituto jurídico embasa a ocupação do bem público no caso? (15 pontos)
- (b) É necessário procedimento licitatório para a ocupação do imóvel? (15 pontos)
- (c) O exercício da atividade econômica é compatível com a natureza da ocupação nesse caso? (15 pontos)
- (d) É possível a regularização da situação? (15 pontos).

2 – O Ministério Público ajuizou ação por ato de improbidade administrativa em face de servidor público, porque depois de um inquérito civil se verificou que ele utilizou o veículo e motorista de seu órgão público para fins particulares. Após o trânsito em julgado de sentença condenatória, as partes negociam um acordo de não persecução cível por meio do qual seria ajustado o ressarcimento do dano ao erário mediante a pintura de uma escola estadual e o compromisso do servidor de ministrar cursos de capacitação em órgãos e entidades públicos na sua área de especialização durante um ano.

Diante desses fatos, responda:

- (a) É possível a homologação do acordo considerando a forma de ressarcimento negociada? (10 pontos)
- (b) É possível a homologação do acordo após o trânsito em julgado da sentença condenatória? (10 pontos)
- (c) É possível a homologação do acordo sem a previsão de punição ao servidor? (10 pontos)
- (d) Qual a distinção entre o acordo de leniência e o acordo de não persecução cível sob a ótica do ressarcimento do dano ao erário? (10 pontos)

3 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – Discorra sobre o instituto do litisconsórcio, abordando aspectos como seu conceito, espécies e impactos na relação processual. (50 pontos)

2 – O Ministério Público Estadual ajuíza ação de improbidade em que se reconhece dano moral coletivo em favor de grupo de servidores públicos vinculados à TSERJ, associação representativa da categoria.

Ainda pendentes recursos às instâncias superiores, alguns servidores deflagram individualmente execução do julgado. Discorra sobre os aspectos relacionados à legitimidade dos sujeitos processuais para a propositura da ação e para a liquidação do julgado, assim como quanto à possibilidade de sua respectiva execução. (50 pontos)

4 – DIREITO TRIBUTÁRIO

1 – De forma a minimizar os efeitos da guerra fiscal e a crise econômica, a União Federal decide editar Lei Complementar disciplinando o prazo para parcelamento com desconto de débitos de ICMS aplicável a todos os Estados da Federação. (50 pontos)

- (a) Discorra sobre as feições da Lei Complementar em matéria tributária. (25 pontos)
- (b) Comente a respeito da (in)constitucionalidade da medida. (25 pontos)

2 – Após o encerramento do processo administrativo tributário com decisão desfavorável ao contribuinte, o devedor decide ajuizar ação anulatória apresentando um seguro-garantia a fim de desconstituir o crédito em questão e obter certidão de regularidade fiscal. Na sequência, o Estado inscreve o débito em Dívida Ativa e ajuíza a respectiva execução fiscal, na qual foi deferida imediata penhora com resultado positivo integral. Uma vez intimado da penhora, o devedor opôs embargos à execução com a finalidade de desconstituir o crédito tributário. (50 pontos)

- (a) Foram corretas a inscrição em dívida ativa e o respectivo ajuizamento da execução fiscal? Justifique. (25 pontos)
- (b) É possível a certidão de regularidade fiscal? Sob que fundamento? Justifique. (10 pontos)
- (c) Comente, sob o viés processual, a relação entre os meios de defesa utilizados pelo devedor para desconstituir o crédito. (15 pontos)